



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

São Paulo, 28 de outubro de 1998.

Caro colega,

Nos dias 23 e 24 de novembro faremos um encontro do Projeto "História das Idéias Lingüísticas", na sala 264 do Prédio de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. O encontro tem três objetivos principais: discutir o texto do Projeto redigido pelo Eduardo (em anexo); estabelecer metas para o próximo ano (publicações, encontros) e para as comemorações dos 500 anos do Brasil; apresentar e debater os projetos individuais (que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento) em reuniões temáticas (Gramática, Filologia e Lingüística; Relações entre as línguas africanas, as línguas indígenas e o português do Brasil; Constituição de um léxico brasileiro; Estudos da significação, da enunciação e do discurso e a constituição de uma política de línguas; História do ensino do português no Brasil; Questões de norma na língua; Política das línguas).

Conto com a participação de todos. Entrem em contato comigo, o mais rapidamente possível, para confirmação da presença, reserva de hotel (se for o caso), indicação do grupo em que pretendem apresentar a pesquisa em andamento (ou projeto) e quaisquer outras informações ou sugestões pelos telefones (011) 884.6840 (res.) ou (011) 211.6392 (USP), pelo fax (011) 885.9735 ou pelo e-mail dianaluz@usp.br

Um grande abraço,

Profª Drª Diana Luz Pessoa de Barros
Chefe do Departamento de Lingüística

PROJETO

HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS NO BRASIL: ÉTICA E POLÍTICA DAS LÍNGUAS

COORDENAÇÃO

Eni Puccinelli Orlandi (UNICAMP)

Diana Luz Pessoa de Barros (USP)

Tomar uma posição histórica para tratar o conhecimento faz com que nos ocupemos dos processos de sua produção e daquilo que resulta como seu produto. Ou seja, não se toma a questão do conhecimento como lógica, nem em uma relação de causa e efeito, mas como uma prática que deixou e deixa resultados na história do homem. Mais que isso, nessa perspectiva, o saber não só é produzido pelo homem como constitui a própria humanidade. Neste sentido, fazer uma história das idéias lingüísticas é fazer uma história política do campo de conhecimento sobre linguagem. Esta história inclui, assim, necessariamente, o político e põe a questão da ética, como disciplina que trata do modo como funcionam os princípios que fundamentam a vida social. Neste caso, o político se caracteriza como o lugar da disputa destes princípios, na medida em que o político é basicamente a prática das diferenças sociais.

Relacionar História das Idéias Lingüísticas, Ética e Política é, no presente caso, uma forma de dar seguimento a um projeto que, desde o começo, configura a questão do movimento da ciência como histórico e político. Ao mesmo tempo, uma reflexão histórica, como esta, permite incluir o presente através de uma perspectiva necessária para a reflexão, sendo esta perspectiva posta pelo lugar do conhecimento na sociedade atual.

Pequena História

O projeto "História das Idéias Lingüísticas no Brasil" será desenvolvido em três centros de investigação conveniados, o Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo (USP), e a École Normale Supérieure de Fontenay/Saint-Cloud, sob a coordenação de Eni Puccinelli Orlandi (UNICAMP), Diana Luz Pessoa de Barros (USP) e Sylvain Auroux (ENS), respectivamente.

O projeto teve já uma primeira fase de desenvolvimento, da qual participaram a UNICAMP e o grupo Francês, com o apoio do acordo CAPES-COFECUB. Nesta etapa, os trabalhos se organizaram em um projeto com o tema "História das Idéias Lingüísticas: Construção de um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional". Seu esforço localizou-se principalmente sobre a relação da produção do conhecimento lingüístico ligado à constituição da Língua Portuguesa como língua nacional do Brasil. A pesquisa focalizou a história da gramática no Brasil, notadamente na segunda metade do século XIX, a constituição de dicionários brasileiros, a produção de uma escrita para a língua no Brasil, a relação de línguas em contato e o estudo de instituições como as academias. Desta produção resultou um número significativo de publicações: livros, artigos, teses, dissertações, revistas, boletins.

Objetivos

O objetivo geral é o conhecimento sistemático da história da língua portuguesa no Brasil e da constituição de um saber sobre ela. Este objetivo se especifica, no presente

projeto, pela tomada de posição que procurará ver esta história como um modo de constituir éticas e suas políticas públicas, para que se possa, ao pensar a história, pensar o presente e o modo de projetar o futuro, não como previsão do que pode vir a acontecer, mas como prática que constitui condições de desenvolvimento da vida social. Prática esta, então, sustentada em bases consistentes da reflexão e não improvisadas.

Participantes

No lado brasileiro, compõem a equipe do projeto um conjunto de pesquisadores da UNICAMP e da USP, ao lado de outros de diversas universidades do Brasil ligados aos pesquisadores destas duas universidades.

Bethania Mariani (UFF), Beth Brait (USP), Carlos Alberto da Fonseca (USP), Carolina Rodriguez (UNICAMP), Claudia Pfeiffer (UNICAMP), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (UNICAMP), Emílio Pagotto (UFSC), Eni Pulcinelli Orlandi (UNICAMP), Freda Indursky (UFRGS), José Horta Nunes (UNICAMP), José Luiz Fiorin (USP), Kati Eliana Caetano (UFMS/FISET), Leonor Lopes Fávero (USP), Lilian Proença de Menezes Montenegro (USP), Luiz C. Borges (PUC-Brasília/CNPq), Luiz Francisco Dias (UFPB), Margarida Maria Taddoni Petter (USP), Maria Adélia Ferreira Mauro (USP), Maria Valíria Aderson de Mello Vargas (USP), Mário Ferreira (USP), Marisa Vieira da Silva (PUC-Brasília), Marli Quadros Leite (USP), Rosângela Morello (UNICAMP), Salete de Almeida Cara (USP), Solange Leda Gallo (UFSC), Suzy Lagazzi-Rodrigues (UNICAMP), Tânia C. C. de Souza (UFF), Waldemar Ferreira Neto (USP).

Metodologia

O projeto se desenvolverá em torno de duas linhas de atividades de pesquisa. Cada uma delas articulará um conjunto de grupos temáticos, de modo que se possam especificar as tarefas para cada grupo e pesquisador em torno de uma direção que nucleariza o trabalho.

Desta modo os trabalhos se darão a partir de questões específicas no interior das linhas de pesquisa. Cada questão terá seu tratamento próprio, segundo a posição que o grupo de pesquisadores adota, na relação com seu objeto próprio. Esta posição diz respeito à necessidade, para o grupo do projeto, de que os conhecimentos não se produzam por um procedimento metodológico baseado em um princípio de redução de um campo específico de conhecimento a outro, ao mesmo tempo em que se adota uma posição geral capaz de organizar o campo. Segundo esta concepção fazer história é tratar do modo de constituição do humano, no caso específico a Língua Portuguesa no Brasil e o saber que sobre ela se constituiu no Brasil, na sua relação com a constituição e funcionamento do Estado Brasileiro.

Estabelece-se assim um corpo de conhecimento que se organiza pelos objetivos do projeto e das linhas que nuclearizarão as atividades.

O projeto incluirá uma linha de trabalho que estudará a história da constituição da Lingüística (ao lado da Filologia e da Gramática) no Brasil, e de outro uma linha que refletirá sobre as normatividades, o ensino e as políticas públicas.

Os corpora para cada uma das linhas, e especificamente para seus grupos temáticos, serão constituídos, segundo a posição acima exposta e as necessidades estabelecidas em cada caso, de documentos, gramáticas, vocabulários, dicionários, regimentos, éditos, bulas, manuais, entrevistas, etc.

As Linhas de Pesquisa

Fazem-se necessários estudos e pesquisas que permitam compreender as diferentes filiações teóricas assim como o processo de institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil. Desse modo, não só poderemos avaliar questões de ética e política que daí derivam, mas sobretudo avaliar como, no domínio das ciências humanas, o conhecimento lingüístico (*da língua e sobre a língua*) participa da organização da sociedade brasileira e da sua vida intelectual no século XX. Incluímos nessas preocupações a análise da implantação de diferentes currícula, das diversas linhas de pesquisa e da divisão interna das várias áreas específicas da lingüística. As duas linhas de pesquisa do projeto procurarão não só constituir um conhecimento sobre cada uma das duas posições, como articulá-las no próprio processo de sua constituição.

1. História da constituição da Lingüística (ao lado da Filologia e Gramática)

Os trabalhos desta linha se organizarão nos grupos que seguem.

1.1. Gramática, Filologia e Lingüística

Dado que na sua primeira fase, concluída recentemente, o projeto dedicou-se, em uma de suas linhas, à história da Gramática no Brasil, notadamente na segunda metade do

século XIX, caberá agora localizar alguns momentos importantes da história da Lingüística para analisar seu modo de presença na cena brasileira e como ela passa a constituir elemento da história brasileira, não só como história do saber metalingüístico, mas como história de uma política brasileira que tem na relação do Estado com a Ciência e sua institucionalização uma referência fundamental. Assim se torna importante pensar a prática da Lingüística no Brasil a partir de trabalhos como os de Antenor Nascentes, na sua dialetologia, e Mattoso Câmara, com sua Lingüística Geral, Lingüística das Línguas Indígenas (a chamada Lingüística Antropológica) e Lingüística da Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo é possível retomar a questão da história da Gramática afetada pela Lingüística, pela Filologia.

A questão da gramática no Brasil é afetada, a partir dos trabalhos de Mattoso Câmara, já na década de 50, e depois de modo mais amplo, pelo desenvolvimento das abordagens estruturalistas que levaram à produção de trabalhos descritivos do português. Estes trabalhos descritivos resultaram, inclusive, na publicação de uma gramática descritiva por parte de Mattoso Câmara: *Estrutura da Língua Portuguesa*, ao lado da qual aparecem outros trabalhos que mudaram o modo de tratar a língua e o seu ensino.

Neste aspecto cabe refletir, também, sobre como uma Lingüística como a Gerativa se apresenta como uma gramática e em que medida isto afetou ou afeta a história da gramática no Brasil. Faz também parte dessas preocupações estudos e pesquisas sobre a história da institucionalização da Lingüística no Brasil.

Para o exame do discurso da gramática toma-se em consideração a produção gramatical no Brasil e em Portugal com os objetivos que seguem: dar continuidade ao trabalho de mostrar como se constituíram as gramáticas portuguesas e brasileiras; apontar o

o papel dos gramáticos e filólogos e da gramatização nos estudos lingüísticos, no imaginário sobre a língua e a norma, no ensino do português, na construção da língua nacional; descrever as características do discurso gramatical. Um aspecto decisivo na história recente do Brasil é o estabelecimento da *Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)*. Por isso este acontecimento terá seu funcionamento analisado como um instrumento lingüístico e, ao mesmo tempo, como uma política de línguas.

Ao lado disso se procurará estudar como fazer uma gramática comprometida com os estudos históricos desenvolvidos neste projeto. Com esta posição se procurará mostrar que o repetível, de natureza discursiva, é um fator constitutivo da explicação de fatos lingüísticos determinantes para a formulação da identidade das unidades lingüísticas. Dentre esses fatos, destacam-se o *complemento* e a *determinação*. Eles operam na relação entre a linearização sintática (da ordem do lingüístico) e a exterioridade (da ordem da memória discursiva). Nesse sentido, eles funcionam como formas de entrada no espaço institucional em que a língua adquire uma identidade de caráter histórico.

Alguns temas fundamentais neste grupo temático são “A persistência da Gramática Filosófica no século XIX no Brasil”(Leonor Lopes Fávero); “A prosa de ensaio nos estudos filológicos brasileiros: o caso João Ribeiro” (Salette de Almeida Cara); “Conceitos e imagens da norma no português falado no Brasil: o discurso da gramática” (Diana L.P. de Barros); “A norma culta e a política da Língua Portuguesa” (Freda Indursky); “Identidade lingüística e memória discursiva: reflexões sobre produção de gramáticas”(Luiz Francisco Dias); “O estudo de um acontecimento discursivo: a NGB” (Lauro Baldini); “A passagem da Filologia para a Lingüística e a questão da gramática: o estruturalismo nos estudos lingüísticos

seus momentos de inserção e de exclusão de acordo com os diversos interesses da política colonial.

Um outro aspecto importante para este grupo é o estudo da passagem de uma sociedade de oralidade para uma sociedade da escrita. Isto pensado a propósito, não das sociedades indígenas, mas da sociedade brasileira, como sociedade da escrita que se forma na relação com sociedades em que a escrita não se instalara. Cabe aqui procurar os vestígios, na gramática, da memória do oral, da cultura indígena, na sociedade brasileira.

Os aspectos que nuclearizarão o trabalho neste caso são “Línguas africanas e o português do Brasil” (Margarida Maria Taddoni Petter); “As línguas indígenas e o Português do Brasil” (Waldemar Ferreira Neto); “Os negros no Brasil: uma história da vida privada” (Tânia Alkmin); “Língua Geral: um produto da política lingüística colonial”(Luiz Carlos Borges); “A oralidade como passagem histórica para a escrita: vestígios da oralidade na gramática” (Tânia C. C. de Souza).

1.3. Constituição de um Léxico Brasileiro

Neste grupo, além dos estudos sobre as “influências” indígenas e africanas, que incluem, entre outros, exames do nível lexical, encontram-se dois tipos de pesquisa voltadas para a constituição de um léxico brasileiro: as análises dos dicionários em geral e dos de brasileirismos em particular; os estudos histórico-descritivos de empréstimos de outras línguas no português, que mostrarão o papel dos estrangeirismos na formação da língua do Brasil. O estudo da constituição de um léxico brasileiro procurará, pela própria posição assumida neste projeto, compreender as concepções de linguagem que operam em cada caso e em que medida elas movimentam, pela via da identidade lingüística, a identidade brasileira.

Como motivo para avançar esta questão se estudará, de modo específico, a constituição dos sentidos de *língua*, *nação*, *cidadania*, e *direito* nos vocabulários e dicionários dos séculos XVI a XIX. Um aspecto a ser considerado aqui é o fato de o dicionário da Academia não exercer diretamente uma função legitimadora ou normatizante.

Este grupo temático se desdobrará como segue: “Constituição de um léxico brasileiro” (José Horta Nunes); “Estudo histórico-descritivo dos vocábulos de origem indiana na constituição do léxico do português e da língua do Brasil” (Lilian Proença de Menezes Montenegro, Maria Valéria Aderson de Mello Vargas e Mário Ferreira); “Línguas Africanas e o Português do Brasil” (Margarida Petter) “As línguas indígenas e o Português do Brasil” (Waldemar Ferreira Neto); “Os sentidos de *língua*, *nação*, *cidadania* e *direito* nos vocabulários e dicionários de línguas faladas no Brasil produzidos entre os séculos XVI e XIX” (Sheila Elias).

1.4. Estudos da significação, da enunciação e do discurso e a constituição de uma política de línguas.

Nesse grupo examinam-se as formas de entrada e de recepção de teorias lingüísticas no Brasil, o diálogo estabelecido entre essas teorias e os estudos lingüísticos brasileiros, os caminhos assumidos pela Lingüística no país (a partir dessas reflexões) e suas conseqüências para a pesquisa e para o ensino.

Este grupo, ao trazer para a reflexão o modo como os estudos da significação e do discurso participam do campo dos estudos sobre linguagem, constituirá, de um lado, uma história deste modo de conhecimento na história recente brasileira, e, de outro, uma posição

'bem determinada para se poder pensar, no conjunto do projeto, as questões de política do conhecimento e política das línguas.

Cabe ver também como os estudos da significação, da enunciação e do discurso redirecionam o lugar dos estudos da linguagem e abrem o espaço para que as questões de políticas da língua possam ser tomadas de uma nova posição, fora do âmbito das formulações que, mesmo indiretamente, recaem no campo da normatividade.

Neste caso alguns temas específicos são: "História dos estudos enunciativos no Brasil: o papel de Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin" (Beth Brait); "Os Estudos Enunciativos e a questão do sujeito" (Eduardo Guimarães, Mônica Zoppi-Fontana, Rosângela Morello); "O impacto da noção de discurso e do histórico (ideológico) no campo dos estudos da linguagem" (Eni Puccinelli Orlandi, Suzy Lagazzi, José Horta Nunes); "O político e o ideológico na semiótica no Brasil" (José Luiz Fiorin, Diana Luz Pessoa de Barros).

2. As políticas públicas, o ensino e as normatividades

Nesta segunda linha interessa estudar como a ocupação dos espaços de enunciação constituem velada ou diretamente uma política de línguas que é mais que isso, que é também uma política de nações. E que ao ser uma política de nações é uma política de ampliação de horizontes físicos e ideológicos.

Três grupos desdobrarão as atividades desta linha

2.1. História do Ensino do Português no Brasil

O interesse primeiro, neste caso, ao escrever uma história do ensino do português no Brasil, é estabelecer a relação entre a história de uma disciplina e a história cultural, como partes da formação social brasileira.

Para tanto examinam-se as finalidades e os resultados do ensino do Português, os conteúdos da disciplina, a relação entre as mudanças ocorridas no tempo. Incluem-se aí a história dos exercícios, a das práticas de motivação e da avaliação, a ficção da eficácia da escola e de suas práticas pedagógicas, a relação entre as diversas disciplinas do currículo, a influência das idéias lingüísticas no ensino de língua.

Procurar-se-á, também, estudar como são articulados saberes lingüísticos e práticas pedagógicas com vistas a caracterizar : a) concepções de linguagem dominantes em compêndios escolares; b) as condições em que se processam transposições de domínios teóricos para o campo das práticas.

Um outro aspecto específico para este grupo será pensar a história do ensino de língua na escola e a questão da cidadania. Ensinar a ler e a escrever - uma prática de um sujeito - significa sempre trabalhar uma contradição específica que emerge da história da constituição do saber metalingüístico e da história da construção da língua nacional, ou seja, da língua portuguesa do Brasil. Neste trabalho, pretende-se compreender, através da análise de instrumentos lingüísticos, materiais didáticos, políticas e programas de ensino - a textualidade dessa prática -, como se dá a produção de uma subjetividade específica na relação do sujeito com uma língua imaginária no interior de um espaço determinado de produção de linguagem: a escola brasileira.

Tomando um aspecto ligado ao atual desenvolvimento tecnológico se estudará a relação do Discurso Pedagógico (conforme caracterizado nos trabalhos de Orlandi) e do discurso da informática, observando, por exemplo, como está se dando a massificação do uso do computador nas escolas, investigando aí a relação do sujeito-aluno com sua produção informatizada, para conhecer as mudanças que essa produção pode ter gerado (ou não) no discurso pedagógico e nos processos de autoria.

Para se tratar este aspecto estão previstas as seguintes pesquisas: “Uma história da disciplina *Português* no ensino de 1o. e 2o. graus” (José Luiz Fiorin); “Influência das idéias lingüísticas no ensino de língua” (Kati Eliana Caetano, Maria Adélia Brandão); Maria Onice Payer: “Exames preparatórios de Fausto Barreto, oral, escrito e escola,”; Claudia Pfeiffer “Gramática, Retórica, Autoria: a Arte de Bem Dizer”; “O sujeito e a língua imaginária” (Mariza Vieira da Silva); “Os Colégios que criaram tradição na constituição do sujeito nacional (cidadão) e na construção do imaginário da língua legítima” (Eni P. Orlandi) “Língua e Informatização” (Solange Leda Gallo)

2.2. Questões de norma na língua

O grupo dedica-se às questões de uso e de norma do português e examina gramáticas, dicionários e textos de ortógrafos com os objetivos principais de observar a diversidade de concepções e de imagens da norma no Brasil; as imagens de norma criadas para a língua falada e escrita; os acordos ortográficos; as diferenças de norma no português do Brasil e de Portugal; o papel da norma no ensino do português e na constituição da “língua nacional”.

Esta questão da norma será tomado também em relação a um funcionamento que cada vez se torna mais importante hoje, qual seja, o das relações entre a *gramática da língua* e a *produção de textos* na mídia, particularmente na prática do jornalismo, no Brasil. Será também objeto de atenção a questão da norma na mídia, espaço institucional que entra em relação com a escola na formação de um sujeito-escritor. Esta análise se fará através da análise de alguns manuais da imprensa, tendo em vista dois perfis de leitor em jogo: o do escritor profissional (o jornalista) e o do escritor comum, que se colocam a partir de diferentes relações com as normas gramaticais e jornalísticas;

Dois outros aspectos da normatização relativamente à língua serão tratados. O primeiro deles tem o propósito de contrapor o conjunto de normatizações jurídico-religiosas impostas pela metrópole portuguesa à prática discursiva vigente no século XVIII, estudando o conjunto de éditos, alvarás e leis que, promulgados pelos reis de Portugal, legislam uma política lingüística para o Brasil, ao lado do estudo das bulas papais que pretendem instituir a catequese utilizando-se do ensino dos vernáculos. A dimensão privada da normatização será estudada através de cartas, depoimentos, autos de defesa de moradores do Brasil ou viajantes em trânsito pelo país.

O segundo deles investigará, na história da constituição e do funcionamento da Biblioteca Nacional, os processos de significação para a língua nacional que estão na base de sua formação como lugar de representação da língua portuguesa do Brasil e que desemboca em discursos que produzem uma concepção específica para a sociedade brasileira. Considera-se a Biblioteca Nacional como a) um conjunto de discursos, b) uma coleção pública vista como forma de organização do saber c) lugar de sistematização de acesso a

este saber. Com este pressupostos a Biblioteca Nacional é o lugar de conservação, organização e circulação de obras representativas da língua.

Estes aspectos cruzam, diretamente, com aqueles tratados em “Gramática, Filologia, Linguística”, notadamente com os trabalhos sobre conceitos e imagens da norma no português falado no Brasil, e sobre a prosa de ensaio nos estudos filológicos brasileiros.

Nesta linha se desenvolverão trabalhos sobre “O uso na construção do “Bom Português”(Marli Quadros Leite); “Norma gramatical e norma jornalística nos manuais da imprensa” (Telma Domingues da Silva); “O público e o privado na questão da língua falada no Brasil” (Bethânia Mariani); e “A questão da Biblioteca Nacional como lugar de representação da língua brasileira” (Clarinda Lucas).

2.3. Política das Línguas

A ocupação de espaços de enunciação pode ser vista interna e externamente. Internamente é o caso das ações da escola relativamente a uma norma tomada como culta. Esta norma tem a escola como instrumento de ampliação de espaços de enunciação, e, mais que isso, como instrumento de legitimação. Toda a questão da função da escola pode ser tomada a partir deste ponto de partida, para ser compreendida na sua especificidade enunciativo-discursiva e não a partir de uma história externa à linguagem. Ao mesmo tempo é possível tratar a questão fora do empirismo próprio de abordagens sociolinguísticas funcionalistas ou quantitativas.

Externamente é possível pensar a questão do contato entre nações no nosso continente que precisam, como ação política, ampliar os espaços enunciativos do Português do Brasil e dos Espanhóis Americanos. Esta ampliação tem aqui o sentido oposto ao da

normatividade. Ele é um modo de ampliação de território lingüístico mútuo, o que não deixa de ter forte repercussão no plano político das nações, trabalhando contra o esforço de consolidação de uma língua, o inglês, como língua franca, para todo o mundo.

Esta parte do projeto seria acompanhada de duas atividades tecnológicas, a elaboração do "Dicionário das Américas" (Eduardo Guimarães) e de um corpus escrito, inicialmente de língua portuguesa do Brasil e depois de um corpus do espanhol dos países americanos.

Quanto ao corpus o objetivo é construir um corpus eletrônico com textos representativos da Língua Portuguesa no Brasil. A meta inicial é estabelecer o formato do banco de textos, construir os primeiros domínios com textos da atualidade (literatura, mídia, ciências, etc.) e preparar esse corpus para o tratamento automático. Em uma segunda etapa prevê-se o desenvolvimento de dispositivos de leitura, dentre os quais, ferramentas de indexação e de análise lexicográfica (José Horta Nunes).

Este trabalho deve incluir, como pesquisa de base, uma história da lexicologia e da lexicografia que sustentaria o projeto do dicionário e do corpus. O trabalho do corpus, a longo prazo, deve dar elementos para que o trabalho do dicionário se aprofunde, se especifique e se desdobre.

Considerações Finais

Tal como o projeto se estrutura, cada linha de pesquisa possibilitará especificar questões que se organizarão pela linhas a que estiverem ligadas. Deste modo todo conhecimento produzido, em cada grupo, tem uma direção que constituirá uma posição de

interpretação dos resultados capaz de levar todo o grupo do projeto a consequências que serão formuladas a partir do conjunto dos conhecimentos produzidos, de modo não redutor, e que possam servir a um efeito de globalização que ao se dar não se fecha em um efeito de totalidade. Ao contrário, este efeito de globalização leva a novas questões e exige o conhecimento de outros aspectos que virão, não completar, mas estimular novas reflexões. Este é um efeito próprio de se adotar uma posição que concebe a própria constituição do conhecimento como histórica.

No conjunto o projeto procurará, como se vê, avançar no conhecimento da história dos estudos lingüísticos no Brasil como modo de refletir sobre a forma que toma a vida social e política brasileira, da qual é parte constitutiva a produção de conhecimento.

Um aspecto importante do projeto é o modo como ele considera a relação entre a história da produção de conhecimento, na lingüística, com o funcionamento institucional (das leis, da escola, das instituições culturais, etc.). Mais que isso, considera a relação da produção do conhecimento e do funcionamento institucional com o próprio funcionamento do Estado e da Nação. Nesta medida estão no centro de interesse a questão da política de línguas, do ensino e seus instrumentos, da normatividade fundamentalmente inerente à questão lingüística quando se pensa a questão do Estado na sua relação com a sociedade.

Fazer a história das idéias lingüísticas é assim pensar a história da produção de conhecimento sobre linguagem como socialmente determinada e parte da vida política de um povo que enquanto política é sempre afetada pelo modo de presença do Estado. Mas é também pensar que a história se dá sempre nos espaços das não reproduções automáticas que o Estado gostaria de garantir para sempre. Nos espaços da não reprodução é que o

o pensamento de uma colônia como o Brasil não é o pensamento da metrópole, mas o pensamento que aqui se produz nas condições próprias de vida no Brasil.